

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

O País Onde o Trabalhador Paga e o Poder Litiga

Publicado em 2026-05-11 09:47:15



BOX DE FACTOS

- A Autoridade Tributária notificou a EDP da intenção de cobrar cerca de **335 milhões de euros** em impostos relativos à venda de seis barragens à Engie.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

- O Ministério Público arquivou a vertente criminal do processo, mas concluiu que há impostos a cobrar.
- A EDP discorda do entendimento fiscal da Autoridade Tributária e anunciou que não pagará até haver decisão judicial.
- Segundo a OCDE, o trabalhador médio solteiro em Portugal enfrentou em 2025 uma carga fiscal total sobre o trabalho de **39,3%**, acima da média da OCDE.

O País Onde o Trabalhador Paga e o Poder Litiga

Em Portugal, o pequeno contribuinte paga primeiro e reclama depois. Os grandes grupos discutem primeiro, litigam depois e talvez paguem um dia, quando a memória pública já estiver sepultada sob novas indignações.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Mostra-nos o esqueleto real da República: forte com os pequenos, prudente com os grandes, implacável com quem trabalha e deferente perante quem dispõe de advogados, fiscalistas, gabinetes, influência e tempo.

A eléctrica foi notificada da intenção do Fisco de cobrar centenas de milhões de euros em impostos ligados à venda de seis barragens do Douro. A operação ascendeu a cerca de 2,2 mil milhões de euros. O Ministério Público arquivou a vertente criminal, mas considerou que havia impostos a cobrar. A EDP discorda, contesta o enquadramento fiscal e anuncia que não pagará até que a Justiça decida.

Formalmente, nada disto é ilegal. Qualquer contribuinte tem direito a defender-se, a impugnar, a recorrer, a contestar interpretações fiscais. Isso chama-se Estado de direito. Mas o problema português nunca está apenas na letra da lei. Está na assimetria brutal entre quem tem meios para suspender o embate e quem leva com o embate em cheio.

O Fisco de duas velocidades

O pequeno contribuinte conhece bem o outro país. O país das cartas ameaçadoras por valores ridículos. O país das coimas automáticas. O país dos juros que nascem como ervas daninhas. O país das penhoras preventivas, dos prazos

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Um trabalhador independente atrasa-se num pagamento? O sistema dispara. Uma pequena empresa falha uma declaração? O sistema castiga. Um reformado engana-se numa linha? O sistema corrige com multa, juros e vocabulário de carrasco administrativo. Mas quando falamos de grandes grupos económicos e centenas de milhões de euros, tudo se torna subitamente sofisticado, técnico, discutível, interpretável e judicialmente paciente.

E assim nasce a verdadeira sensação nacional: em Portugal, o Fisco tem dentes para o cidadão comum e luvas de seda para os poderes económicos. O contribuinte pequeno é presumido devedor. O contribuinte gigante é presumido parceiro estratégico.

A canalhocracia fiscal

Chamemos-lhe pelo nome que merece: canalhocracia fiscal. Não no sentido jurídico, mas no sentido moral e cívico. Um regime informal onde a lei é igual no papel, mas desigual no impacto. Onde todos têm direitos, mas só alguns têm tempo, dinheiro e exércitos técnicos para os exercer até ao limite. Onde o cidadão comum se vê encurralado pelo prazo, enquanto os grandes grupos transformam cada divergência fiscal numa longa travessia judicial.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

que apenas os grandes consigam atravessá-lo sem se afogar.

A justiça fiscal não se mede apenas pela lei escrita. Mede-se pela capacidade efectiva de cada cidadão a enfrentar o Estado. E aí Portugal falha. Falha porque a distância entre um trabalhador com salário apertado e uma grande empresa cotada não é apenas económica. É política, jurídica, administrativa e simbólica.

Quem trabalha paga sempre à cabeça

O trabalhador português é o contribuinte ideal do Estado: identificável, previsível, descontado na fonte, fiscalmente domesticado. Antes de receber, já pagou. Antes de respirar, já contribuiu. O salário chega líquido, emagrecido, tosquiado por um sistema que vê no trabalho a sua vaca leiteira mais obediente.

A OCDE estimou que, em 2025, a carga fiscal total sobre o trabalho para um trabalhador solteiro médio em Portugal foi de 39,3% dos custos laborais, acima da média da OCDE. Isto inclui IRS, contribuições sociais do trabalhador e do empregador, menos eventuais benefícios. Em linguagem simples: uma fatia enorme do custo do trabalho nunca chega ao bolso de quem trabalha.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

trabalhador paga impostos, paga renda, paga electricidade, paga transportes, paga inflação, paga precariedade e ainda deve agradecer por poder continuar a pagar.

A grande empresa como poder paralelo

Grandes empresas não são apenas agentes económicos. Em países frágeis, tornam-se poderes paralelos. Têm acesso, influência, capacidade jurídica, pressão mediática, ligação aos decisores, redes de consultoria e argumentos prontos a invocar investimento, estabilidade, empregos, mercado, segurança jurídica e interesse nacional.

O problema não é uma empresa defender-se. O problema é um país onde essa defesa parece sempre muito mais confortável do que a defesa do cidadão comum. O problema é a percepção, cada vez mais fundada, de que o Estado não trata todos com a mesma intensidade. Ao pobre, exige. Ao pequeno empresário, sufoca. Ao trabalhador, retém. Ao grande grupo, negocia, aguarda, interpreta e deixa a Justiça decidir no tempo lento das elites.

Esta desigualdade destrói confiança. E quando a confiança fiscal morre, a democracia adoece. Porque os impostos só são moralmente aceitáveis quando os cidadãos acreditam que todos contribuem de forma justa. Se os

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

A pergunta que devia envergonhar a República

A pergunta essencial não é apenas se a EDP deve ou não deve pagar os 335 milhões. Essa decisão caberá aos tribunais, com base na lei e na interpretação dos factos. A pergunta mais funda é outra:

Porque é que o Estado português parece tão rápido a esmagar pequenos erros e tão lento a resolver grandes dívidas potenciais?

Esta é a pergunta que devia atravessar o Parlamento, os ministérios, as redacções, os gabinetes de fiscalistas e a consciência pública. Porque um país onde a justiça fiscal parece depender da escala económica do contribuinte é um país moralmente em ruína.

Não se pede vingança contra empresas. Pede-se igualdade real. Não se pede arbitrariedade fiscal. Pede-se que o Estado não seja um gigante perante o cidadão e um criado prudente perante os grupos económicos. Não se pede que se ignorem tribunais. Pede-se que o sistema não seja desenhado de

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

fortes

Portugal habituou-se perigosamente a esta inversão moral. O Estado que deveria proteger os vulneráveis tornou-se muitas vezes uma máquina de cobrança sobre os vulneráveis. O Estado que deveria exigir responsabilidade aos fortes tornou-se muitas vezes um mediador cuidadoso dos interesses dos fortes.

O resultado é uma sociedade cansada, desconfiada, amarga. Uma sociedade onde quem trabalha sente que carrega o país às costas, enquanto observa grandes operações, grandes negócios e grandes fortunas navegarem em mares fiscais onde nunca há tempestades súbitas, apenas longos nevoeiros processuais.

E depois admiram-se que cresça o ressentimento, que aumente a abstenção, que se degrade a confiança nas instituições, que o cidadão olhe para o Estado e veja não uma casa comum, mas uma repartição hostil com duas portas: uma estreita para os pequenos, outra almofadada para os grandes.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

pagar impostos deveria ser um acto de cidadania. Uma contribuição para escolas, hospitais, justiça, segurança, infra-estruturas, ciência, cultura e coesão social. Mas para isso é preciso que o cidadão veja justiça no sistema. E a justiça não pode existir quando uns pagam automaticamente e outros discutem centenas de milhões durante anos.

A questão fiscal em Portugal deixou há muito de ser apenas uma questão de tabelas, taxas e códigos. É uma questão de regime moral. O país tem de decidir se quer uma fiscalidade republicana, onde todos contribuem com regras claras e tratamento equilibrado, ou uma fiscalidade de castas, onde o pequeno é executado e o grande é interpretado.

O caso das barragens da EDP é mais do que uma disputa tributária. É um espelho. E o que vemos nele não é bonito. Vemos um país onde o trabalho é saqueado pela fonte, a pequena actividade é vigiada como suspeita, e o grande poder económico continua a mover-se com a serenidade de quem sabe que a lei, mesmo quando se aplica, chega sempre mais devagar ao topo.

Em Portugal, o Fisco não é cego. Vê muito bem. Apenas parece usar lentes diferentes conforme o tamanho do contribuinte.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

trabalhador paga antes de receber e os grandes poderes litigam antes de pagar, já não estamos apenas perante fiscalidade: estamos perante uma arquitectura de desigualdade.

Referências e leituras recomendadas

- ECO — EDP recusa pagar 335 milhões em impostos das barragens e avança contra o Fisco em tribunal
- Jornal de Negócios — Fisco quer cobrar 335 milhões à EDP pela venda das barragens
- RTP — EDP assegura transparência na venda das barragens e que pagará impostos se forem devidos
- ECO — Negócio da venda das barragens da EDP arrisca pagar duplo IMT e Imposto do Selo
- OCDE — Taxing Wages 2026: Portugal
- OCDE — Taxing Wages 2026
- Reuters — Portuguese court declares levy on renewable utilities unconstitutional

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

de reflexão crítica.



GitHub Pages



CodeBerg Pages



Fragmentos do Caos:

[Blogue](#)

•

[Ebooks](#)

•

[Carrossel](#)



Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)